


# TEXTO PARA DISCUSSÃO



**Usina Termoeletrica em Santa Catarina: Da  
Concepção da SOTELCA à Privatização da Jorge  
Lacerda**

**Alcides Goularti Filho  
Fábio Farias de Moraes**

**Nº 07/2003**

**FEDERAL DE SANTA CATARINA  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Av. Washington Luís, 500 – Trindade  
13060-970 – Florianópolis – Santa Catarina  
Tel.: (48) 331.9458 – Fax.: (48) 331.9776

**USINA TERMOELÉTRICA EM SANTA CATARINA: DA CONCEPÇÃO DA SOTELCA  
À PRIVATIZAÇÃO DA JORGE LACERDA**

**Prof. Dr. Alcides Goularti Filho**

Doutor em Economia pela Unicamp e professor do Curso de Economia da Unesc

**Acadêmico Fábio Farias de Moraes**

Acadêmico do Curso de Economia da Unesc

**Criciúma, novembro/2003**

## ÍNDICE

I – As condições objetivas e subjetivas para a formação da Sotelca .....	4
II – A defesa do carvão nacional e a evolução do complexo carbonífero catarinense.....	5
III – Discursos, leis e projetos que antecederam a criação da Sotelca (1949-1957).....	6
IV – Da constituição da Sotelca à incorporação pela Eletrosul (1957-1971).....	10
V – Da incorporação pela Eletrosul à privatização (1971-1997).....	12
VI - Reflexões finais .....	14
VII - Fontes e bibliografias.....	16

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o processo de constituição da Sociedade Termoelétrica de Capivari e da construção e expansão da Usina Termoelétrica de Capivari no bojo da industrialização pesada, durante a década perdida e na era neoliberal. Busca-se também compreender com o Estado vai condensando materialmente os diversos interesses e contradições que havia entorno do carvão nacional no tocante a questão energética. O texto está dividido em cinco partes. Inicialmente, é feito um panorama do sistema nacional de geração e transmissão de energia; em segundo lugar, é apresentado um breve relato do complexo carbonífero catarinense; em seguida, é feita uma reconstituição dos discursos, das leis e dos projetos que antecederam e deram condições concretas para a criação da Sotelca; em quarto lugar, é apresentada uma evolução da Sotelca desde a constituição à incorporação feita pela Eletrosul; e por último, é analisado o período que vai dessa incorporação à privatização.

**Palavras-chave:** Usina termoelétrica - Santa Catarina - Geração e transmissão de energia

**Abstract:** This article presents a historical boarding of the Thermoelctrial Complex Jorge Lacerda since its state conception in 1956 until the privatization in 1997. The text is divided in five parts. Initially, it is made a panorama of the national system of generation and transmission of energy; in according to place, a brief story of the catarinense carboniferous complex is presented; after that, an reconstitution of the speeches, the laws and the projects is made that had preceded and given concrete conditions for the creation of the Sotelca; in forth place, an evolution of the Sotelca since the constitution to the incorporation made for the Eletrosul is presented; and finally, is analyzed the period that goes of this incorporation to the privatization.

**Word-key:** Thermoelctrial - Santa Catarina - Generation and transmission of energy

## I – As condições objetivas e subjetivas para a formação da Sotelca

O panorama do setor de energia elétrica em Santa Catarina nos anos de 1940 e 1950 não se diferenciava do panorama nacional. Neste período, podemos observar dois movimentos que caminharam em paralelo na geração, transmissão e distribuição de energia no país: a intervenção federal e a intervenção estadual. Em 1952, o setor estatal era responsável por apenas 6,8% da capacidade instalada, o privado nacional 10,8% e o capital externo 82,4%. A Light (*Light and Power Company Limited*) e a Amforp (*American & Foreign Power Company*), a primeira, de capital canadense, que iniciou suas atividades no Brasil em 1897, e a segunda, de capital norte-americano que chegou em 1927, praticamente dominaram o cenário nacional de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil até meados dos anos 50 (Dias, 1988). O acelerado processo de industrialização, urbanização e integração do mercado interno, iniciado após 1930, fez aumentar de forma exponencial a demanda por energia elétrica no país. A falta de crédito, na forma de capital financeiro, a insuficiência tecnológica, incapacidade financeira de importar e a falta constante de insumo, sobretudo energia elétrica, restringiam o crescimento da indústria brasileira. A situação começou a se normalizar com a industrialização pesada iniciada com o Plano de Metas em 1956 (Cardoso de Mello, 1987). As duas maiores iniciativas federais que visavam atender a crescente demanda por energia elétrica foram a criação da CHSF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) em outubro de 1945, que iniciou suas operações de geração e transmissão de energia em dezembro de 1954 (Paulo Afonso I), e a criação da Centrais Elétricas de Furnas SA em 1957, que entrou em operação em 1963 com a Usina de Furnas do Rio Grande (Dias, 1988).

Com a criação da Centrais Elétricas Brasileiras SA (Eletrobras) em 25 de abril de 1961 pela Lei 3.890-A, o panorama do setor de energia elétrica no Brasil alterou profundamente, além dos investimentos pesados feitos no setor, foram encampadas várias empresas, destacando a Amforp em 1964. Dentro das estratégias da Eletrobras para suprir a crescente demanda por energia elétrica, estava previsto aproveitar todo os recursos e o potencial nacional para gerar e distribuir eletricidade, a saber: água, petróleo e carvão, abandonando por definitivo a utilização da lenha como combustível. Em 1954, foi encaminhado para o presidente Getúlio Vargas o Plano Nacional de Eletrificação, concebido no governo Dutra, no bojo do Plano Salte. O Plano foi a base para a criação da Eletrobras (Lima, 1995).

O outro movimento que caminhou paralelo à intervenção federal no setor elétrico foi a participação dos Estados na geração e distribuição de energia. Desde o início do século XX, os Estados vinham atuando na construção de pequenas usinas. Porém, a atuação era muito circunscrita

e não ameaçava as companhias privadas. Um dos Estados pioneiros foi o Rio Grande do Sul, quando em 1943 criou a CEEE (Comissão Estadual de Energia Elétrica) e em 1945, elaborou o Plano de Eletrificação Estadual, o primeiro do país. Em 1947, entrou em operação a Usina Hidroelétrica do Passo do Inferno. Nos anos seguintes foram construídas duas hidroelétricas e três termoeletricas. Outros Estados da federação brasileira também começaram a elaborar seus planos: Paraná em 1948, Minas Gerais em 1950, Santa Catarina em 1951, Espírito Santo em 1953 e São Paulo em 1956. A partir destes planos foram criadas as comissões estaduais e as companhias estaduais de geração e distribuição de energia elétrica (Dias, 1988).

Já em 1943, o Plano de Eletrificação Estadual do Rio Grande do Sul previa “estabilizar e fortalecer a indústria carbonífera pelo aproveitamento do carvão pobre, junto às minas, na produção de energia” (Brasil, 1959). Em setembro de 1956, foi inaugurada a Usina Termoeletrica de São Jerônimo com capacidade de gerar 10.000kW. No mesmo ano começou a ser construída a Usina de Charqueadas, com capacidade de 45.000kW. Em 1959, a Usina de Candiota já funcionava com uma produção de 20.000kW. Portanto, na segunda metade dos anos 50 do século passado, foi posto em funcionamento no Rio Grande do Sul três usinas termoeletricas movidas à carvão. No Paraná, em 1953 o governo estadual projetou a construção da Usina Termoeletrica de Figueira, que mais tarde, por meio da Lei 3.226 de julho de 1957, a União entrou na sociedade liberando recursos para as obras serem executadas. As obras da primeira etapa da Figueira foram concluídas em 1963, gerando 20.000kW (Brasil, 1954). As obras da Usina Termoeletrica da Capivarí em Santa Catarina, com 50.000kW, iniciaram em 1960 e a inauguração da primeira unidade ocorreu em setembro de 1965. Percebe-se que Santa Catarina, o maior produtor de carvão do país, entrou tardiamente na geração de energia com base no carvão mineral; em relação ao Rio Grande do Sul, foram 10 anos de diferença.

Portanto, devemos entender a constituição da Sotelca (Sociedade Termoeletrica de Capivarí SA) dentro deste contexto nacional de expansão acelerada de geração e transmissão de energia elétrica e do melhor aproveitamento do carvão nacional. Santa Catarina tinha como exemplo a seguir o Rio Grande do Sul, que em seis anos construiu e colocou em operação três usinas termoeletricas.

## **II – A defesa do carvão nacional e a evolução do complexo carbonífero catarinense**

O carvão catarinense ao mesmo tempo que era visto como solução também era visto como problema. Por um lado, solução para produção de aço e energia; por outro, problema da baixa qualidade do minério e do pouco aproveitamento. Inicialmente, o carvão catarinense era utilizado apenas no transporte ferroviário e marítimo. Com a construção da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda), o carvão catarinense, o único coqueificável do país, passou a ser utilizado na produção de aço. Do carvão bruto era retida a porção metalúrgica - que era pouco aproveitada - e a porção vapor, além de ser desprezado o rejeito piritoso, que continha alto teor de enxofre. Para aproveitar o carvão catarinense na sua totalidade seria necessário construir um complexo carbonífero em Santa Catarina envolvendo uma termoeletrica, uma siderurgia e uma indústria química para produzir ácido a partir do enxofre. A formação deste complexo sempre foi vista como a única solução para resolver o problema do carvão. Leis, projetos e, principalmente, discursos – quase todos com caráter nacionalista –, exaltavam a formação do complexo carbonífero, afinal, o carvão era dado como a “pedra fundamental do progresso”. O complexo carbonífero catarinense teve a seguinte evolução:

De 1880 a 1945: mina-ferrovia-porto

De 1945 a 1965: mina-ferrovia-lavador-porto

De 1965 a 1979: mina-ferrovia-lavador-termoeletrica-porto

De 1979 a 1992: mina-ferrovia-lavador-termoeletrica-carboquímica-porto

Após 1992: mina-ferrovia-termoeletrica.

Neste complexo sempre faltou um elo para completar a cadeia produtiva: uma siderúrgica. O propósito de construir uma siderúrgica na região vem desde 1924, quando foi aprovada a Lei 4.801, no governo de Arthur Bernardes, que versava sobre o amparo e a exploração do carvão nacional destinados às siderurgias e previa a construção de três usinas siderúrgicas: uma no vale do Rio Doce, outra no vale do Rio Paraopeba e a terceira “nas proximidades da região carbonífera de Santa Catarina” (Lei 4.801/24).

Em 1942, deu início a construção da CSN em Volta redonda e em paralelo a construção do Lavador de Capivarí e da UTEC (Usina Termoelétrica de Capivarí, com potência instalada de 15.000kW) em Santa Catarina. A UTEC entrou em operação em 1943 e fornecia energia para o Lavador, ambos eram de propriedade da CSN. Para melhor aproveitar o carvão coqueificável e produzir aço, foi previsto no Plano Nacional do Carvão – aprovado em Lei 1.886 de junho de 1953, quando foi criada a CEPCAN (Comissão Executiva do Plano Nacional do Carvão) órgão ligado diretamente ao Presidente da República – a construção de uma siderúrgica em Santa Catarina. Em 1962, foi fundada a SIDESC (Siderúrgica de Santa Catarina SA), por meio da Lei 4.122, cujo objetivo era produzir aços perfilados médios ou leves para atender o mercado da Região Sul. SIDESC nunca saiu do papel e em 1969 foi transformada na Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), que entrou em operação somente em 1979 e desativada em 1992 com a privatização do Petrofértil. A ICC tinha como objetivo produzir ácido sulfúrico extraído da pirita carbonosa. Em 1971, o governo estadual ressuscitou a idéia de construir uma siderurgia na região carbonífera e lança o projeto da Siderúrgica Sul Catarinense SA (Sidersul). Tal como a Sidesc, a Sidersul nunca saiu do papel e o projeto foi sepultado no início dos anos de 1980.

### **III – Discursos, leis e projetos que antecederam a criação da Sotelca (1949-1957)**

Apesar de Santa Catarina entrar tardiamente na geração e transmissão de energia elétrica derivada do carvão é bom lembrar que em 1943 entrou em operação a Usina Termoelétrica de Capivarí destinada a fornecer energia ao Lavador de Capivarí. Portanto, o projeto de construir uma termoelétrica na região carbonífera não começaria do zero. Seriam observadas as experiências da UTEC e da CEEE do Rio Grande do Sul.

Sobre o sistema de geração e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina nos anos 40 e 50 do século passado, Goularti Filho (2002) faz a seguinte afirmação:

Antes da criação da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.), em 1955, [Santa Catarina] não se diferenciava de muitos Estados brasileiros, ou seja, um sistema fragmentado sendo alimentado por pequenas iniciativas privadas locais ou por multinacionais. As primeiras iniciativas na geração e distribuição de energia em Santa Catarina foram sociedades de pequenos proprietários locais, que com recursos próprios construíram pequenas hidroelétricas (p. 177).

A energia elétrica produzida pelas empresas privadas era insuficiente e estava sendo pressionada pelo vertiginoso aumento da demanda industrial. Estas condições objetivas justificavam as intervenções feitas pelo Estado na produção e distribuição de energia. Segundo Lessa (1982), nos anos de 1950, a inércia empresarial e o aumento das demandas sociais obrigavam o Estado a assumir funções estratégicas para remover os nós de estrangulamentos que impediam o crescimento da indústria brasileira. Neste período, há uma verdadeira ampliação da atuação do Estado na economia, uma condensação das contradições e das demandas da sociedade e do mercado. É o Estado ampliando a sua ossatura material e politizando as relações econômicas (Poulantzas, 1990).

Podemos reconstituir o debate sobre a construção de uma usina termoelétrica em Santa Catarina a partir da Segunda Mesa Redonda da Batalha do Carvão realizada no Rio de Janeiro entre

maio e junho de 1949<sup>\*</sup>. Apesar de a maior reivindicação dos mineradores junto ao governo federal ser o aumento das cotas e preços mais atrativos para o carvão, ao fundo sempre se ouvia uma voz destoante propondo soluções de longo prazo, como a construção de uma siderurgia, de uma indústria química e de pequenas usinas termoeletricas. Na Reunião Ordinária de março de 1949, o engenheiro Bernardino Corrêa de Mattos Netto, após fazer um longo relato sobre o aproveitamento do carvão nos EUA para a geração de energia elétrica, apresenta a seguinte proposta, de longo prazo, para assegurar o mercado do carvão nacional:

Instalação de usinas termoeletricas de pequena potência espalhadas pelas regiões carboníferas, de maneira a incentivar a eletrificação rural; aproveitamento local da pirita do carvão transformando-a em enxofre (Netto, 1950, p. 132).

Na Sessão Extraordinária de junho de 1949, o Coronel Oswaldo Pinto da Veiga apresenta as seguintes recomendações:

As cidades do sul do Estado de Santa Catarina e até mesmo a capital do Estado vêm sofrendo grandemente com a deficiência ou quase ausência de energia elétrica o que vem dificultando sobremaneira o desenvolvimento de seus parques industriais. Já existe entendimento entre o governo do Estado e a CSN no sentido da construção de linha de transmissão ligando Capivarí às cidades de Laguna, Imbituba, São José, Palhoça e Florianópolis (Veiga, 1950, p. 217).

Concluindo a fala, Veiga apresenta a seguinte proposta:

Deste modo, poderíamos ver sem prejuízo das instalações já existentes, a criação natural de pequenas usinas próximas às minerações o que constituiria melhor aproveitamento do carvão de baixa caloria (*ibid.*).

Ainda não estava claramente definido nem para os mineradores e nem para o governo, que era necessário construir um grande central termoeletrica em Santa Catarina. As propostas limitavam-se apenas na construção de pequenas usinas próximas às bocas de minas.

Os anos de 1880 a 1945 em Santa Catarina caracterizam-se pela origem e crescimento do capital industrial. Nesse período predominava o padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil e a extração da erva-mate, madeira, carvão e as indústrias têxtil e alimentar. Os anos de 1945 a 1962 foram marcados pela diversificação e ampliação da base produtiva. Nessa fase houve uma ampliação quantitativa dos setores consolidados e um alargamento da divisão social do trabalho com uma diversificação produtiva para ramos mais dinâmicos como papel e pasta mecânica, metal-mecânico e cerâmico. Esta é uma fase transitória em que ainda perduram elementos do antigo padrão de crescimento e elementos de um novo padrão de crescimento baseado no médio e grande capital industrial. O crescimento acelerado da velha e da nova indústria catarinense começou a ser limitado pelas deficiências na infra-estrutura social básica e pela falta de recursos financeiros. Santa Catarina apresentava uma base industrial “quase implantada”. As condições materiais exigiam novas formas superiores de organização capitalista, organizadas a partir do Estado para liberar as forças produtivas que entravavam o processo de acumulação (Goularti Filho, 2002). A necessidade concreta de construir uma usina termoeletrica foi uma exigência do capital. Para os mineradores bastava apenas manter uma política de preço atrativo, para os industriais do setor não-carbonífero, pouco importava o preço do carvão, o que eles necessitavam para manter a acumulação era energia elétrica.

A solução para o carvão nacional veio com a aprovação da Lei 1.886 de junho de 1953 que instituiu o Plano Nacional do Carvão e criou a CEPCAN. No parágrafo único do Artigo 1º dizia o seguinte:

---

<sup>\*</sup> A Primeira Mesa ocorreu em fevereiro de 1947. A Mesa Redonda intitulada Batalha do Carvão foi uma série de reuniões ocorridas no Rio de Janeiro organizada pelos mineradores e governo federal. Como resultado destes encontros, foram criados o Plano Nacional do Carvão e a CEPCAN em 1953.

O Plano Nacional do Carvão será completado entre outras medidas, por outro de construção e equipamento de usinas termoeletricas, utilizando carvão nacional nos Estados onde se situam as jazidas desse combustível e junto às regiões de grande densidade de uso de energia elétrica com duplo objetivo de possibilitar melhor aproveitamento das fontes de energia hidráulica e de atender à eletrificação progressiva das vias férreas nacionais (Lei 1.886/53)

No Anexo Nº 1 da referida Lei encontrava-se a seguinte especificação orçamentária: “Instalação de uma central termoeletrica na região carvoeira do Paraná e outra em Santa Catarina, destinada ao aproveitamento do carvão tipo não exportável, antieconômico ou residual”. Na Mensagem Presidencial de Getúlio Vargas em 1954 estava previsto que a solução para o carvão catarinense não coqueificável era “a construção de uma grande central termoeletrica prevista no Plano Nacional de Eletrificação e na eventual fabricação de produtos químicos derivados do carvão”. O Plano Nacional de Eletrificação, elaborado em 1954, defendia a utilização do carvão-vapor numa futura termoeletrica a ser construída com capacidade para gerar 200.000kW e uma linha de transmissão até São Paulo que seria interligada as usinas hidroelétricas de Rio Negro e Ribeira numa extensão total de 700km (CEPCAN, 1958). Na Exposição de Motivos nº 6/56, encaminhado pelo Coronel Oswaldo Pinto da Veiga, diretor-executivo da CEPCAN ao presidente Juscelino Kubitschek, tinha a seguinte defesa:

Os governos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, numa demonstração eloqüente de como encaram o problema da instalação de energia elétrica nos seus Estados (...) solicitam a esta Comissão que estudasse a possibilidade de um auxílio, com as dotações previstas na Lei nº 1.886, para que aqueles Estados pudessem ver realizada a idéia da construção de usinas termoeletricas. (...) Para Santa Catarina ou tendemos para a construção de grandes usinas elétricas a base de carvão ou não veremos realizado o Plano do Carvão naquele Estado (Veiga, 1958, p. 11-14)

No Parecer do engenheiro Augusto Baptista Pereira escrito para a Exposição do Governador Jorge Lacerda, na qual justificava a construção de uma termoeletrica de 50.000kW em Santa Catarina não há apenas a defesa da construção da usina, mas também do “aproveitamento do enxofre residual e a construção de uma siderurgia nas proximidades da região carbonífera daquele Estado, sem o que, será a mesma sempre débil e de difícil emancipação” (Pereira, 1958, p. 20-21). Segundo o Parecer, esta usina, conforme previa o Plano Nacional de Eletrificação, deverá ser integrada com o sistema paulista:

Seu entrosamento com o chamado ‘Sistema das Grandes Centrais Elétricas’ é uma imposição. São Paulo necessita hoje da energia que será gerada em Santa Catarina à boca das minas, e, Santa Catarina necessitará no futuro dos excedentes das usinas hidroelétricas paulistas, sem o que um custo de quilowatt-hora mínimo jamais será alcançado. (*Ibid.*)

Uma das recomendações sugeridas ao governo catarinense pelo engenheiro Pereira era de constituir uma “sociedade de economia mista, com ampla elasticidade estatutária, da qual possa participar a União Federal” (p. 23). O Secretário de Estado Victor Antônio Peluso Júnior clamava à CEPCAN para que fosse construída a termoeletrica, pois sem a qual, todas as usinas hidroelétricas previstas para serem construídas no POE (Plano de Obras e Equipamentos) do governo Lacerda, teriam “pouca utilidade”, e não seriam “capazes de solucionar a crise de energia que se anuncia na região de maior produção industrial do Estado” (p. 24).

Na Exposição de Motivos nº 9/56, o General Oswaldo Pinto da Veiga, a pedido do governador Lacerda e dos mineradores, solicitava ao presidente Juscelino que a futura usina termoeletrica que deveria ser construída em Santa Catarina fosse de 100.000kW e não mais de 50.000kW:

o consumo de carvão em uma central de 50.000kW não é desprezível, porém não é ainda o que a indústria carvoeira está solicitando. Na situação atual de consumo de carvão metalúrgico, um mínimo



de 250.000 toneladas anual de carvão de vapor precisa ser aplicadas e tal quantidade corresponde aproximadamente as necessidades de uma usina de 100.000kW (Veiga, 1958, p. 26).

No Plano de Metas do governo JK, no item “A Meta do Carvão Mineral”, não estava prevista a construção de uma termoeletrica em Santa Catarina, somente no final do Plano que se previu a construção de uma siderurgia, a Sidesc. Porém, o Plano reconhecia que era necessário ser consumida a fração do carvão vapor em usinas termoeletricas:

É indispensável conseguir mercado estável para a outra fração, destinada à produção de vapor. Este mercado se acha no aumento do consumo de carvão nacional em usinas termoeletricas (Plano de Metas, 1961, p. 145).

A Mensagem Presidencial de março de 1956 apontava para a necessidade de aproveitar o carvão catarinense na geração de energia, mas destaca que não existia “mercado imediato para grandes quantidades de energia na região carbonífera de Santa Catarina” (Mensagem, 1956, p. 328). A solução seria transmitir a energia para os grandes centros ou estabelecer indústrias na zona carbonífera. Porém, em agosto de 1956, foi enviada uma Mensagem ao Congresso Nacional, para ser submetida aquela casa a apreciação do projeto de lei que autorizava a União constituir a Sociedade Termoeletrica de Capivarí com potência inicial instalada de 100.000kW. Segundo a Mensagem, o capital da empresa seria de 430 milhões de cruzeiro e a subscrição era assim distribuída:

Governo Estadual: 160 milhões (37,2%)  
União: 130 milhões (30,2%)  
CSN: 120 milhões (27,9%)  
Mineradores particulares: 20 milhões (4,6%)  
(CEPCAN, 1958)

A subscrição da União não iria acarretar encargos para o Tesouro, pois seriam utilizados recursos já concedidos à CEPCAN. O custo total da obra era de 790 milhões de cruzeiros e seria construída num prazo de 40 meses. Dada toda movimentação feita no ano de 1956 pelos mineradores e pelo governo catarinense, em defesa da construção de uma termoeletrica no sul catarinense pela CEPCAN, na Mensagem Presidencial de 15 de março de 1957, já há uma defesa do projeto Sotelca:

É ponto pacífico, entre os especialistas, que não há conveniência em beneficiar o carvão bruto, sem que haja, na zona de produção, centrais termoeletricas para utilização de produtos secundários. Assume, em consequência, especial relevo, o projeto, ora em elaboração, de uma central termoeletrica de 100.000kW, que será construída em Santa Catarina com a participação dos Governos da União e do Estado, da Cia Siderúrgica Nacional e de entidades privadas, conforme projeto lei já em tramitação no Congresso. Essa usina é de capital importância, pois eliminará a crise de energia que se verifica naquele Estado e dará consumo ao carvão-vapor intermediário, possibilitando a produção do carvão metalúrgico reclamado pela indústria siderúrgica do país. (p. 164)

Para justificar a construção da usina de 100.000kW e não de 50.000kW, a CEPCAN contratou a firma italiana Societá Edison, que entregou o projeto final no dia 19 de março recomendando a potência de 100.000kW. O Estado condensou os interesses dos mineradores com a Lei 3.119 de 31 de março de 1957 que autorizava a União constituir uma sociedade por ações denominada Sociedade Termoeletrica de Capivarí (Sotelca) e aprovava o seu Estatuto. No mesmo dia Veiga deu uma entrevista para “A Voz do Brasil” exaltando a iniciativa do governo federal em apoiar a construção da Sotelca. Numa solenidade no Palácio Cruz e Souza, em Florianópolis no dia 29 de junho de 1957 foi feita a subscrição das ações da Sotelca. No dia 1º de julho desse ano, foi realizada em Tubarão a sessão solene de assinatura da escritura de constituição da Sotelca. No dia

seguinte foi editado o Decreto 41.748 que aprovava os atos constitutivos da Sotelca (CEPCAN, 1958). Quatro meses após a aprovação da lei que criou a Sotelca, foi promulgada a Lei 3.226 que aprovava a constituição da Usina Termoelétrica de Figueira SA no Paraná.

#### IV – Da constituição da Sotelca à incorporação pela Eletrosul (1957-1971)

Depois de empossada a primeira diretoria da Sotelca, que tinha como presidente o engenheiro José Corrêa Hülse, iniciou-se a contratação das empreiteiras para começar as obras civis e hidráulicas. A Societá Edison, firma italiana de Milão, ficou responsável pelo ante-projeto que abriria a concorrência para a compra dos equipamentos, além de elaborar o projetos de execução das obras e fiscalização dos equipamentos importados. O Consórcio MAN, da Alemanha, e BBC, da Suíça, forneceram os equipamentos. A CEBOC (Companhia de Estudos e Execução de Obras) realizou as obras civis e hidráulicas da usina e das subestações. O Consórcio SADE-TECHINT (Sul Americana de Eletrificação SA) construiu a linha de transmissão ligando Capivarí-Florianópolis-Ilhota. Os equipamentos importados contavam com aval do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), no qual 20% era financiado pelo banco alemão Deutsche e pelo banco suíço Societé de Banque Suisse. O levantamento topográfico e os serviços de sondagem do sub-solo ficaram a cargo da Empresa de Geologia e Sondagens (Sotelca, Relatório de Atividades, 04/05/1961). Numa carta enviada pela Sotelca ao BNDE em 20 de novembro de 1958, a previsão do custo total da obra era de Cr\$ 1.620.000.000,00, discriminados da seguinte forma:

Linha de Transmissão Capivarí-Joinville	Cr\$ 147.000.000,00
Subestações	Cr\$ 128.000.000,00
Central Geradora	
Obras civis e despesas	Cr\$ 384.000.000,00
Equipamentos importados a taxa de Cr\$ 80/US\$	Cr\$ 744.000.000,00
Subtotal	Cr\$ 1.403.000.000,00
Incorporação da usina da CSN	Cr\$ 217.000.000,00
Total	Cr\$ 1.620.000.000,00

(Sotelca, Relatório de Atividades, 04/05/1961)

Em maio de 1959, a previsão total da obra já tinha se elevado para dois bilhões de cruzeiros e em outubro de 1961, em 10,5 bilhões. Em novembro de 1960, o governo da União destinou à Sotelca, do Fundo Federal de Eletrificação, 600 milhões de cruzeiros, sendo que apenas 230 milhões foram liberados imediatamente. Na Assembléia de outubro de 1961, o capital da Sotelca foi aumentado da seguinte forma: BNDE 600 milhões de cruzeiros do Fundo Federal de Eletrificação; BNDE 1.779 milhões de cruzeiros para ser repassado à CPECAN; e 208 mil de particulares (destacando duas carboníferas, a Metropolitana e a Criciúma) (Sotelca, Relatório de Atividades, 31/12/1961).

Inicialmente, foi projetado uma linha de transmissão ligando Capivarí-Florianópolis-Ilhota-Joinville, cujo objetivo era atender as maiores demandas do Estado, afinal em Joinville e Blumenau, concentrava-se o maior parque industrial (têxtil-vestuário e metal-mecânico). Na Mesa Redonda de 1949, uma das recomendações do Coronel Pinto da Veiga foi construir “uma linha de transmissão ligando Capivarí à Florianópolis” (Veiga, 1950, p. 217), já que em Capivarí ficava a usina termoelétrica da CSN. A previsão para construir a linha de transmissão da Sotelca era a seguinte:

I – Florianópolis: 12.500kW

II – Ilhota: 12.500kW

I – Florianópolis: 12.500KW

II – Ilhota: 12.500kW

III – Joinville: 25.000kW

IV – Curitiba: 60.000kW

(Sotelca, Relatório de Atividades, 04/05/1961)

Era previsto entrar em funcionamento até 1965 quatro turbinas com potência instalada de 200.000kW, obedecendo a seguinte escala de inaugurações:

1962: 50.000kW

1964: 50.000kW

1963: 50.000kW

1965: 50.000kW

(Sotelca, Relatório de Atividades, 04/05/1961)

O complexo Sotelca seria composto por três unidades: a Central Geradora em Capivarí; uma Linha de Transmissão de 360km ligando Capivarí a Joinville; e quatro Subestações localizadas em Capivarí, Florianópolis, Ilhota e Joinville. Somente após uma reunião de março de 1961, realizada em Florianópolis, entre o Governador Celso Ramos e o Presidente Jânio Quadros, que ficou acertado que seria feita uma linha de transmissão ligando Capivarí até Lages (Sotelca, Relatório de Atividades, 04/05/1961). A intenção era atender aos reclames dos empresários do planalto serrano, já que a indústria madeireira estava em franca expansão, além disto a origem da oligarquia Ramos era de Lages. No governo Lacerda-Hülse não houve nenhum esforço para levar energia até o planalto serrano, ao contrário dos governos Celso Ramos e Ivo Silveira.

Em março de 1962, ficou pronta a subestação elevadora de Capivarí, a baixadora de Florianópolis e a linha Capivarí-Florianópolis. Em dezembro do mesmo ano, a subestação baixadora de Ilhota e a linha Florianópolis-Ilhota (Sotelca, Relatório de Atividades, 31/12/1962). A previsão para entrar em operação a primeira unidade de 50.000kW em 1962 foi prorrogada para 1963. A unidade I da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda, com potência instalada de 50.000kW, foi definitivamente inaugurada somente no dia 03 de julho de 1965. A segunda unidade com mais 50.000kW entrou em operação em março de 1966. Em dezembro de 1965 foi aprovada a Lei 4.908 que alterou a composição acionária da Sotelca, tornando obrigatória a participação da União em 51% no capital total da empresa. A composição ficou a seguinte:

Governo da União: 51,0%

Celesc: 1,2%

Eletrobras: 33,5%

CSN: 0,9%

CEPCAN: 13,3%

Mineradores particulares: 0,1%

(Sotelca, Relatório de Atividades, 1967).

Portanto, da primeira composição acionária aprovada em 1956, a União passou de 30,2% para 51,0%, a CSN caiu de 27,9% para 0,9%, o governo estadual de 37,2% para 1,2% e os particulares de 4,6% para 0,1%. Em 1968, teve outra alteração no capital da empresa e a Sotelca tornou-se uma subsidiária da Eletrobras, mudando a composição acionária:

Eletrobras: 81,0%

Celesc: 1,1%

CEPCAN: 12,6%

CSN: 0,8%

Usiminas: 4,3%

Mineradores particulares: 0,2%

(Carvão de Pedra, 1971).

Em 1966, a geração de energia em Santa Catarina era de 490MW, distribuído da seguinte forma:

Geração total no Estado	490.930.103kW (100%)
Geração da Sotelca	137.240.000kW (28%)
Geração da Celesc	274.589.478kW (56%)
Geração da CSN	79.100.625kW (16%)

(Sotelca, Relatório de Atividades, 1966).

Com relação às hidroelétricas construídas pela Celesc, nos anos 60 entraram em funcionamento as seguintes unidades: a Usina Hidroelétrica Celso Ramos, em Faxinal dos Guedes, oeste do Estado, com potência instalada de 5.400KW; a Usina Hidroelétrica Pery, em Curitiba, planalto serrano, com 4.840KW; a Usina Hidroelétrica Palmeiras, em Rio do Cedros, no Vale do Itajaí, com 17.600KW; a Usina Garcia, em Angelina, Grande Florianópolis, com 9.600KW; a Usina Hidroelétrica Ivo Silveira; e ampliada a Usina Rio do Peixe em Videira (Goularti Filho, 2002).

O Decreto 62.113 de 1969 autorizou a Sotelca construir mais duas unidades geradoras com 66.000kW cada. Os equipamentos foram fornecidos pela firma italiana GIE, as turbinas eram da GE e as obras civis foram feitas pela Hoffman & Bosworth. O projeto foi financiado pela CEPKAN e pela Eletrobras.

Juntamente com a inauguração da unidade I também entrou em operação a linha de transmissão ligando Capivarí a Joinville com as quatro subestações, além do subsistema ligando Capivarí a Lages, que em seguida foi expandido para Joaçaba. Em 1967, foi inaugurado o trecho Joinville-Mafra-Porto União. No ano de 1967, também foi concluída a linha entre Joinville e Curitiba (subestação Campo Comprido), ligando o sistema Sotelca com o sistema CFLP (Companhia Força e Luz do Paraná), que é estendida até a Usina Termoelétrica de Figueira chegando até Xavante do sistema CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) (Sotelca, 1967). A linha de transmissão completa ligando Santa Catarina a São Paulo era: Capivarí-Florianópolis-Ilhota-Joinville-Curitiba-Figueira-Xavante.

Em 1970, foi concluída a linha Capivarí-Farroupilha, com uma extensão de 253Km, passando pela nova subestação construída em Siderópolis ligado ao sistema CEEE do Rio Grande do Sul, atendendo as áreas de Caxias do Sul e Passo Fundo. O subsistema de transmissão também chegou até São Miguel do Oeste, passando por Xanxerê (Sotelca, Relatório de Atividades, 1970).

## **V – Da incorporação pela Eletrosul à privatização (1971-1997)**

Com a criação do MME (Ministério das Minas e Energia), em julho de 1960, e da Eletrobras, em abril de 1961, o panorama patrimonial do sistema de geração e transmissão de energia no país foi mudando rapidamente. O Estado passou a incorporar as empresas que não atendiam a demanda ou que não tinham condições de fazer novos investimentos. Também passaram a fazer parte da Eletrobras o sistema estatal de energia, como Furnas e CHSF. A idéia de formar uma grande empresa estatal para os três Estados do Sul ganhava espaço, principalmente após estudos contratados pelo MME para avaliar as condições de geração e o potencial energético na região Sudeste e Sul. Em 23 de dezembro de 1968 foi constituída a Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil SA). O sistema nacional ficou completo em 1972 com a criação da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA). Finalmente, a ossatura material do Estado no setor elétrico está completa com a formação de um sistema nacional de geração e transmissão de energia unificado e comandado pelo Estado-Nação: CHSF no Nordeste, Furnas no Sudeste e parte do Centro-Oeste, Eletronorte no Norte e parte do Centro-Oeste e Eletrosul no Sul, além da Light no Rio de Janeiro (definitivamente encampada em 1979) e da Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas SA) no Espírito Santo.

As concessões e as incorporações feitas pela a Eletrosul foram todas realizadas basicamente nos primeiros cinco anos da empresa. Em 1969, a Eletrosul recebeu a concessão da Usina Hidroelétrica de Passo Fundo e em 1970 a concessão da Usina Hidroelétrica Salto Osório. As

incorporações iniciaram com a Termoelétrica Charqueada em setembro de 1970, a Termoelétrica de Alegrete em maio de 1971 e da Solteca em setembro de 1971 (Eletrosul, Relatórios da Diretoria, 1971-1975). Com a incorporação da Sotelca pela Eletrosul há uma mudança significativa na condução dos projetos e na execução das obras da usina. Dados a disponibilidade de liquidez do Estado e o crescimento econômico acelerado do “Milagre Econômico”, os recursos passam a ser liberados com mais facilidade.

No segundo semestre de 1971, iniciaram as obras das unidades III e IV, ambas com capacidade para gerar 66.000kW cada, e em 1972 foi elaborado o projeto prevendo a construção de duas novas unidades com capacidade para gerar 125.000kW cada. Em junho de 1973, entrou em operação a unidade III (66.000kW) e, em março de 1974, a unidade IV (66.000kW). As unidades I, II, III e IV formam a Jorge Lacerda A. As usinas das unidades V e VI, projetadas em 1972, foram montadas pela Skoda, uma firma tcheca (Eletrosul, Relatório da Diretoria, 1972). As unidades V e VI somariam 250.000kW e foram inauguradas respectivamente em 1979 e 1980, formando a Jorge Lacerda B. Quando a Jorge Lacerda B entrou em operação também começou a operar a linha de transmissão entre Capivarí-Blumenau-Joinville-Curitiba com 355km e uma subestação baixadora em Blumenau (Eletrosul, Relatórios da Diretoria, 1974-1980). Portanto, entre 1970 e 1980 foram construídos e entraram em operação quatro unidades geradoras, somando 382.000kW (Jorge Lacerda A e B somavam 482.000kW), duas subestações (Siderópolis e Blumenau) e duas linhas de transmissão ligando Capivarí à Farroupilha e a Blumenau, que seguia para Joinville-Curitiba.

Nos anos de 1980, foi projetada e iniciada a construção de uma nova unidade, a sétima do complexo, com capacidade para gerar 350.000kW. Em 1980, foi assinada uma declaração de entendimentos técnicos e comerciais com a Skoda Export (Tchecoslováquia), AMN Ansaldo (Itália) e Deutsche Babcock (Alemanha) para a construção de uma nova usina com capacidade para gerar 350.000kW. Também fazia parte do projeto uma série de empresas nacionais que forneceriam equipamentos. Ao todo estava previsto a construção de 10 usinas termoelétricas na Região Sul. Segundo o Relatório da Diretoria da Eletrosul de 1981:

Seguindo definição do governo brasileiro foi estabelecido um programa de expansão termoelétrica a carvão visando complementar a produção de energia elétrica e, ao mesmo tempo, processar a substituição do óleo combustível pelo carvão mineral. Das cinco usinas definidas para instalação em Santa Catarina, quatro acham-se em estudo pela Eletrosul e uma será adicionada ao complexo Jorge Lacerda (p. 12).

A expansão dos investimentos em energia a base de carvão fazia parte das estratégias do governo federal pós-1973 em substituir derivados de petróleo. A previsão para entrar em operação da unidade VII, a Jorge Lacerda C, era em 1988, com um investimento na ordem total de US\$ 517 milhões. Em função da falta de recursos e a desaceleração que a economia nacional enfrentou nos anos de 1981 a 1983, as obras de excussão iniciaram somente em 1985, comprometendo o prazo de entrega, que foi estendido para 1990. Nos dados abaixo podemos acompanhar a evolução das obras civis da Jorge Lacerda C:

1986: 26%	1990: 68%
1987: 49%	1991: 69%
1988: 63%	1992: 83%
1989: 68%	

(Eletrosul, Relatórios da Diretoria, 1986-1992).

O ritmo de excussão das obras se manteve acelerado até o ano de 1988, quando os corte orçamentários atingiram todos os investimentos do Estado. As políticas neoliberais dos anos de 1990 atingiram a Jorge Lacerda em duas frentes: 1) atraso na entrega da unidade VII e, 2) privatização. A cada ano que passava, eram feitos novos corte e o prazo de entrega era prorrogado. A Usina Jorge Lacerda C, com capacidade para gerar 350.000kW, foi finalmente inaugurada em

1997, no ano seguinte o sistema de geração de energia da Eletrosul foi privatizado. Com a conclusão da unidade VII o complexo Jorge Lacerda passou a ter uma potência instalada de 857.000kW, distribuídos da seguinte forma:

Jorge Lacerda A: 232.000kW (composta pelas unidades I, II, III e IV)

Jorge Lacerda B: 267.000kW (composta pelas unidades V e VI)

Jorge Lacerda C: 363.000kW (composta pela unidade VII)

A Jorge Lacerda é a maior usina termoeétrica movida a carvão da América Latina. Além da Jorge Lacerda, estão em operação as seguintes usinas termoeétricas movidas a carvão no Sul do país: UTE de Figueira (20.000kW, de propriedade da Companhia Paranaense de Energia/Copel), UTE de São Jerônimo (20.000kW, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica/CGTEE – Eletrobras), UTE Presidente Médici – Candiota II (446.000kW, de propriedade da CGTEE) e UTE de Charqueadas (72.000kW, de propriedade da Tractebel). Em 1995, a potência instalada no Brasil era de 55.512.000kW, sendo que 91,3% era produzido por usinas hidroelétricas e apenas 8,7% por termoeétricas. As termoeétricas movidas a carvão representam somente 2,55% da potência instalada no país e a Jorge Lacerda, mesmo sendo a maior da América Latina, representa 1,54%.

Dentro do Programa Nacional de Desestatização o setor elétrico brasileiro aos poucos foi sendo desestruturado. Foram vendidas a Light e a Escelsa, além das inúmeras centrais de distribuição estaduais. Até o ano de 2000, foram privatizadas 22 empresas do setor elétrico. O que marcou e alterou profundamente o panorama no setor foi a presença do capital externo, que ao todo adquiriu 49,06% das empresas privatizadas, que correspondia a 10.501,2 milhões de dólares (Berzin, 2002). A Eletrosul foi incluída no Plano Nacional de Desestatização em maio de 1995, dentro do Decreto nº 1.481. Para a Eletrosul foi montada uma estratégia diferente, primeiro, em 23/12/1997, a empresa foi dividida em duas: a Eletrosul, responsável pela transmissão, e a Gerasul, responsável pela geração (Gerasul, 1997). Em seguida, em 15/09/1998 a Gerasul foi vendida para a Tractebel, empresa do Grupo Suez, de origem belga por 800,4 milhões de dólares (Berzin, 2002).

Com a privatização foram vendidas as usinas hidroelétricas de Salto Osório, Salto Santiago, Ita, Machadinho e Passo Fundo, e as usinas termoeétricas de Alegrete, Charqueadas e Jorge Lacerda para o grupo belga Suez. A UTE de Jacuí (350.000kW), no Rio Grande do Sul, também foi adquirida pela Tractebel, que retomou as obras paralisadas a mais de 10 anos. A Eletrosul ficou apenas com as linhas de transmissão e as subestações.

A Suez atua nos setores elétricos e de saneamento em 120 países, empregando 190 mil trabalhadores, sendo que no Brasil são em torno de 14 mil. A Suez está dividida em três empresas: a Tractebel, um dos maiores geradores privados de energia do mundo, a Ondeo, a maior empresa de saneamento e abastecimento de água do mundo e a Sita, empresa que lidera nos serviços de tratamento de resíduos industriais na Europa, América Latina e Ásia. No Brasil, a Tractebel é a maior geradora privada, atuando em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, operando com 12 usinas e uma potência instalada de 5.545.000kW, que corresponde a 7,0% da capacidade instalada do país.

## **VI - Reflexões finais**

Antes da privatização, a Jorge Lacerda era o maior empreendimento estatal em Santa Catarina e um dos pilares da economia de Tubarão e região. Além da Jorge Lacerda, também se localizavam em Tubarão o Lavador de Capivarí, a Usina Termoeétrica de Capivarí da CSN, o escritório central da EFDTC (Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina) e um entreposto de beneficiamento de fumo da Souza Cruz. Estes quatro empreendimentos estatais e a Souza Cruz constituíram-se na base econômica e os maiores indutores da renda em Tubarão até recentemente. O fechamento do Lavador de Capivarí e da Souza Cruz, a privatização da EFDTC e a redução dos

investimentos para a construção da unidade VII fizeram Tubarão mergulhar numa estagnação econômica nos anos de 1990. Segundo Goularti Filho (2002):

O baixo desempenho dos pequenos proprietários locais e a forte dependência dos empreendimentos estatais não permitiram que o capital mercantil metamorfoseasse para o industrial, engendrando uma nova dinâmica regional. Mesmo sendo sede da oficina da EFDTC, as pequenas ferrarias e funilarias que prestavam algum tipo de serviço, não se tornaram empresas de porte considerável para formar um pequeno parque metal-mecânico na cidade. Nem mesmo as empreiteiras contratadas pela ELETROSUL não tinham sede em Tubarão (p. 389).

Além dos empreendimentos estatais, destaca-se também em Tubarão a indústria do vestuário e cerâmica, que são frutos da expansão industrial de Criciúma. Após o fechamento do Lavador, a redução do número de trabalhadores da EFDTC e a queda do ritmo de construção da unidade VII da Jorge Lacerda, muito ex-funcionários destas empresas migraram para a indústria do vestuário, como trabalhador ou microempresário. Muitas das pequenas confecções foram montadas a partir da retirada do FGTS dos trabalhadores dos empreendimentos estatais desativados. Na tabela abaixo podemos acompanhar a evolução no número de trabalhadores nas principais atividades econômica de Tubarão. A Indústria cerâmica está pautada basicamente em duas empresas, a Itagres e Incocesa/Cecrisa.

Número de trabalhadores nas principais atividades econômicas em Tubarão 1965-2000

Ano	EFDTC	Lavador de Capivarí	Indústria do vestuário	Termelétrica Jorge Lacerda	Indústria cerâmica
1965	1.118	390	25	400	
1970	1.189	495	50	454	
1975	833	360	70	750	80
1980	970	420	180	800	1.230
1985	856	460	370	850	1.200
1990	744	420	500	900	1.200
1995	343	0	2.200	650	1.080
2000	208	0	2.000	320	750

Fonte: Goularti Filho, 2002, p. 390.

Com o desmonte parcial do complexo carbonífero pós-1990, toda região sul foi penalizada. Em Criciúma foram fechadas a Companhia Próspera e a unidade da ICC, em Siderópolis a CSN parou por completo suas atividades, em Tubarão o Lavador de Capivarí foi desativado e reduzido o ritmo das obras da unidade VII, em Imbituba a ICC foi fechada e o Porto praticamente entrou em desuso. Para a cidade de Tubarão e Capivarí de Baixo (município desmembrado de Tubarão, em 1992, onde atualmente está localizada a Jorge Lacerda), o impacto da crise de 1990-1991, com o desmonte parcial dos empreendimentos estatais nas duas cidades, foi maior do que a privatização da Jorge Lacerda em 1998. Com a privatização não houve demissão em massa ou fechamento de unidades produtivas. A Eletrosul ainda continua atuando em Capivarí de Baixo com as duas subestações.

Na Jorge Lacerda residem elementos da totalidade da dinâmica da economia brasileira das últimas cinco décadas. O nacionalismo dos anos 50 estava presente na defesa e no melhor aproveitamento do carvão nacional. O estrangulamento na oferta de insumos para atender o rápido crescimento da indústria obrigou o Estado a constituir uma empresa estatal de geração e transmissão de energia, algo louvável nos anos 50 e 60 do século passado. A estratégia dos militares em proteger o carvão nacional, que era considerado de segurança nacional, e o crescimento industrial do “Milagre Econômico”, fez ampliar os investimentos da Jorge Lacerda. O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) do governo Geisel deu preferência aos equipamentos nacionais e ampliou o consumo de carvão com intuito de substituir os derivados do petróleo. Os anos de 1980

começaram mantendo o ritmo do planejamento centralizado dos militares e as estratégias de longo prazo, que se cristalizaram no megaprojeto de construir cinco usinas termoeletricas em Santa Catarina. Com a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, causada pelo endividamento externo, que se desdobrava no endividamento interno, engessou o Estado-Nação em formular e executar planos de longo prazo. A quebra do padrão de financiamento do crescimento doméstico, arrastou a economia brasileira para um longo período recessivo nos anos de 1980 e 1990, que na verdade, estende-se até o momento. O desmonte parcial do Estado dos anos de 1990 fez com que a conclusão da unidade VII fosse atrasada em 9 anos. A venda das unidades geradoras da Eletrosul para a Tractebel é um exemplo do neoliberalismo no setor elétrico brasileiro.

## VII - Fontes e bibliografias

### a) Mensagens, Exposições de Motivos e Atas

BRASIL. Presidente (1954: Vargas). **Mensagem do Presidente Getulio Vargas**. Brasília, 1954.

\_\_\_\_\_. Presidente (1956: Kubitschek). **Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília, 1956.

\_\_\_\_\_. Presidente (29-08-1956: Kubitschek). **Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek submetendo ao exame e deliberação do Congresso Nacional o projeto lei que autoriza a União constituir a Sotelca**. In: CEPKAN. **Energia elétrica com base na energia do carvão nacional**. Brasília, 1958.

\_\_\_\_\_. Presidente (1957: Kubitschek). **Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília, 1957.

\_\_\_\_\_. Presidente (1959: Kubitschek). **Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília, 1959.

NETTO, Bernardino Corrêa de Mattos. Carvão brasileiro – Ata da 504ª reunião ordinária de 03/06/1949. In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. **A batalha do carvão: subsídio para a história da indústria carvoeira no Brasil**. Rio de Janeiro, 1950.

PEREIRA, Augusto Baptista. Relato da exposição do governador do Estado de Santa Catarina. In: CEPKAN. **Energia elétrica com base na energia do carvão nacional**. Brasília, 1958.

VEIGA, Oswaldo Pinto da. Recomendações – Ata da 10ª Sessão extraordinária de 23/06/1949. In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. **A batalha do carvão: subsídio para a história da indústria carvoeira no Brasil**. Rio de Janeiro, 1950.

\_\_\_\_\_. Exposição de motivos nº 6/56. In: CEPKAN. **Energia elétrica com base na energia do carvão nacional**. Brasília, 1958.

\_\_\_\_\_. Exposição de motivos nº 9/56. In: CEPKAN. **Energia elétrica com base na energia do carvão nacional**. Brasília, 1958.

### b) Leis e Planos

LEI Nº 4.801 de 09 de janeiro de 1924. In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. **A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais**. Rio de Janeiro, 1961.

LEI Nº 1.886 de 11 de junho de 1953. In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. **A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais**. Rio de Janeiro, 1961.

LEI Nº 3.119 de 31 de março de 1957. In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. **A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais**. Rio de Janeiro, 1961.

LEI Nº 3.226 de 27 de julho de 1957. In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. **A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais**. Rio de Janeiro, 1961.

PLANO DE METAS. A meta do carvão nacional. In: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. **A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais**. Rio de Janeiro, 1961.

### c) Relatórios e Revistas



CARVÃO DE PEDRA. **A Sotelca foi construída para consumir a fração de carvão vapor resultante do beneficiamento do carvão metalúrgico.** Florianópolis, novembro-dezembro/1970 – janeiro/1971.

ELETROSUL. **Usina Termoelétrica Jorge Lacerda.** Florianópolis, 1975.

\_\_\_\_\_. **O futuro no ano 10.** Florianópolis, 1978.

\_\_\_\_\_. **Usina Termoelétrica Jorge Lacerda.** Florianópolis, 1982.

\_\_\_\_\_. **Usina Termoelétrica Jorge Lacerda.** Florianópolis, 1989.

\_\_\_\_\_. **Relatórios da diretoria.** Florianópolis, 1971-1999.

\_\_\_\_\_. **25 anos de história.** Florianópolis, 1993.

GERASUL. **Relatório anual da administração.** Florianópolis, 1997.

SOTELCA. **Relatórios de atividades.** Tubarão, 04/05/1961.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de atividades.** Tubarão, 1961.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de atividades.** Tubarão, 1962.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de atividades.** Tubarão, 1967.

\_\_\_\_\_. **10 anos de trabalho pelo progresso do Brasil.** Tubarão, 1967

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades.** Tubarão, 1970.

TRACTEBEL. **O Brasil cresce com a nossa energia.** Florianópolis, 2002.

#### d) Livros

BÉRZIN, Ivan de Castro Gonçalves. **O investimento estrangeiro direto e a desnacionalização da economia:** o caso das privatizações dos anos 90. Araraquara: FCLAR/UNESP, 2002. (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DIAS, Renato Feliciano (org.). **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, José Luiz. **Políticas de governos e desenvolvimento do setor de energia elétrica:** do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1990.